

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Países correm para ter isenção de sobretaxa do aço nos EUA	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Até Embraer será citada contra taxa do aço	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Emprego nos EUA depende do aço do Brasil	5
Título: Sem produto brasileiro, siderúrgica fica inviável	7
Título: Trump esvaziou tribunal da OMC	8
VEÍCULO: Correio Braziliense	10
Título: Retaliar na medida certa	10

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: BRUNO ROSA E MANOEL VENTURA****Título: Países correm para ter isenção de sobretaxa do aço nos EUA**

Brasil pedirá oficialmente para ser incluído na lista de exceções

RIO E BRASÍLIA - Depois de México e Canadá conseguirem isenção da sobretaxa à exportação do aço e do alumínio imposta pelo governo dos Estados Unidos, União Europeia, Austrália, Japão, Coreia do Sul e o próprio Brasil vêm tentando pleitear o mesmo benefício. A lista de quem está optando por uma negociação direta com os EUA vem crescendo após o presidente americano, Donald Trump, afirmar que os “amigos reais” poderiam ganhar isenções das medidas, que entram em vigor em 15 dias. Trump impôs tarifas de 25% sobre as importações de aço e 10% sobre as de alumínio na última quinta-feira, com a justificativa de conter importações baratas, principalmente da China, o que descreveu como “um assalto ao país”. Ontem, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic) informou que o governo brasileiro pedirá oficialmente para o país ser incluído na lista de exceções à tarifa. Porém, para José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), o Brasil terá dificuldades em obter sucesso neste momento:

— Os Estados Unidos estão mais preocupados em negociar com a União Europeia, que ameaçou sobretaxar uma série de produtos americanos. O Brasil sozinho não tem peso político. Por isso, acho que, no caso do Brasil, não adianta fazer nada. O país poderá, depois, fazer uma reclamação na Organização Mundial do Comércio (OMC), mas também poderá ser ineficaz. Segundo ele, a decisão de Trump foi política e não levou em conta a análise econômica, já que o Brasil exporta semiacabados para os EUA. E, explica Castro, como esses produtos tendem a ficar mais caros, as próprias empresas americanas serão prejudicadas. — A pior notícia para o Brasil envolve a isenção das taxas para México e Canadá. Os dois países devem ganhar espaço nos EUA, reduzindo a presença do Brasil. Além disso, por estarem mais perto dos americanos, o custo com logística é bem menor do que o gasto pelo Brasil — disse Castro.

NOVA REUNIÃO ENTRE UE E EUA

O Brasil, que é o maior fornecedor de aço para o mercado americano depois do Canadá, prepara recursos que serão apresentados ao Departamento de Comércio e ao Representante de Comércio dos Estados Unidos. Os técnicos do governo brasileiro estão em contato com os americanos para entender como funciona o processo. Os pedidos precisam ser encaminhados em até duas semanas. Ontem, a União Europeia não conseguiu obter garantias de que ficará

isenta das taxas impostas pelos EUA, após encontro com o representante americano do Comércio, Robert Lighthizer, em Bruxelas. Além da comissária europeia, Cecilia Malmström, a reunião contou com a presença do ministro da economia do Japão, Hiroshige Seko. “Foi uma discussão franca, mas não obtivemos esclarecimento imediato sobre o procedimento para ficarmos isentos. As negociações continuarão na próxima semana. Somos aliados dos EUA, e a União Europeia deve ficar excluída das medidas”, comentou Malmström no Twitter.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: MARIANA CARNEIRO DE BRASÍLIA

Título: Até Embraer será citada contra taxa do aço

Estratégia é lembrar que países são parceiros em várias áreas; siderúrgicas brasileiras contratam escritório de lobby

Autoridades e empresas começam a procurar produtores americanos para pedir ajuda; Brasil quer isenção de tarifas

Siderúrgicas brasileiras contrataram um escritório de lobby em Washington para tentar convencer congressistas e autoridades do governo americano a livrar o aço do Brasil das sobretaxas impostas pelo presidente Donald Trump. Nas negociações, o governo Michel Temer pode ser pressionado a colocar na mesa até o negócio entre Embraer e Boeing.

As autoridades brasileiras pretendem usar os próximos 15 dias para dissuadir os Estados Unidos das barreiras impostas ao insumo exportado. Para reverter a decisão de Trump, já começaram uma campanha de mobilização em favor do país no Congresso e de aproximação de empresários americanos.

A ideia é evitar a palavra retaliação em um primeiro momento e tentar o caminho do diálogo para retirar o Brasil da lista de afetados. Nesta semana, o escritório de lobby começa em Washington a representar as siderúrgicas. Neste momento, serão dois os caminhos de atuação.

No primeiro, na USTR (agência de comércio americana, na sigla em inglês), o setor privado brasileiro vai pedir a compradores americanos que defendam a exclusão de produtos “made in Brazil” da lista de Trump.

Pelo decreto, os empresários americanos podem apresentar ressalvas à medida de proteção, alegando que terão prejuízos com a sobretaxa.

Além das siderúrgicas que compram o produto fabricado no Brasil, empresários brasileiros estão em contato com os produtores de carvão americano —o Brasil é o maior comprador de carvão dos EUA, combustível usado na produção de aço. Sem as exportações aos EUA, as compras de carvão deverão ser afetadas.

O presidente do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes, afirma que o setor privado trabalha para mostrar aos empresários americanos que o Brasil é um “parceiro diferente”.

“Os EUA sempre tiveram superávit no comércio siderúrgico com o Brasil, e, em segundo lugar, 80% do aço que vendemos é insumo para as siderúrgicas americanas.”

O segundo caminho trilhado será por meio do Departamento de Comércio dos EUA, em uma negociação entre autoridades dos dois países.

O ministro da Indústria e Comércio brasileiro, Marcos Jorge de Lima, já apresentou argumentos em defesa da exclusão do Brasil ao secretário americano, Wilbur Ross, em reunião no início do mês em Washington. Na sexta-feira (9), ele disse que vai recorrer aos canais abertos pelo próprio governo Trump.

“Nós vamos recorrer dentro do processo nos EUA. Nosso primeiro recurso será no âmbito bilateral. Dito isso, caso necessário, não descartamos nenhuma possibilidade, até mesmo de recorrer no âmbito multilateral”, afirmou. Ao fixar tarifa extra de 25% a todo aço importado, Trump deu prazo de 15 dias para os países apresentarem sua defesa, o que abriu um balcão de negócios em Washington.

Fonte ouvida pela Folha, que participa da negociação, disse que todos os argumentos serão necessários em defesa do Brasil, desde as características do aço vendido até assuntos de interesse dos americanos, como a possível venda da Embraer para a americana Boeing.

Congressistas das comissões de constitucionalidade e representantes de regiões carvoeiras já foram contatados. O argumento mais imediato em favor do Brasil é que o aço brasileiro fará falta.

Entre os maiores fornecedores dos Estados Unidos, o Brasil é o único que vende o produto semiacabado, ou seja, placas de aço que ainda serão industrializadas em solo americano.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Cláudia Trevisan****Título: Emprego nos EUA depende do aço do Brasil**

Na Califórnia, siderúrgica pode demitir 1.000 trabalhadores se tarifa do aço vingar

José Ontiberos trabalha há 28 anos na maior siderúrgica do Oeste americano, a California Steel, uma das principais compradoras de aço semiacabado que o Brasil vende para os EUA. Em vez de celebrar a tarifa de 25% imposta pelo presidente Donald Trump sobre a importação do produto, ele teme que a barreira leve ao fechamento da empresa e à eliminação do seu e de outros 1.000 empregos que ela provê.

“Eu estou muito preocupado. As tarifas colocam em risco meu trabalho, minha família, meu sustento”, disse Ontiberos, que tem três filhos de 12, 15 e 21 anos. Aos 56 anos, ele se considera velho para conseguir outra colocação. “No nosso caso, Trump não está protegendo empregos americanos.

Isso não faz sentido. Nós produzimos aço nos EUA, para os EUA”, ressaltou o operário, que controla a velocidade da linha na qual as placas de aço importadas do Brasil e de outros países são transformadas em bobinas de aço laminado.

A 100 km de distância da California Steel, funcionários do Porto de Los Angeles também olham com apreensão a perspectiva de a barreira diminuir o número de navios que chegam e partem dos terminais em que trabalham. O porto é o destino de 1 milhão das quase 5 milhões de toneladas de aço que o Brasil exporta para os EUA e também recebe o mesmo produto de outros países, entre os quais Japão, México e Coreia do Sul.

O Brasil é o maior exportador de aço para os EUA depois do Canadá e 80% de seus embarques são de produtos semiacabados, finalizados em usinas americanas. Com uma trajetória de quatro décadas no setor siderúrgico, o gerente adjunto de Operações Dan Barzan observou que a tarifa de 25% aumentará os custos da California Steel de maneira insustentável e terá impacto negativo sobre uma série de outros setores que utilizam o produto acabado da empresa.

“Nós somos uma parte importante da economia americana, principalmente na costa Oeste”, afirmou Barzan, que também teme ficar desempregado em razão da medida protecionista. A California Steel foi concebida desde sua origem, há

34 anos, para operar com matéria-prima fornecida pelo Brasil. Em 1984, a mineradora Vale e um grupo japonês compraram a Kaiser, uma siderúrgica do tempo da Segunda Guerra Mundial que estava prestes a fechar suas portas.

Para tornar a empresa viável, os novos donos decidiram manter na planta apenas as etapas de fabricação posteriores ao semiacabado, que passaria a ser produzido no Brasil, onde há oferta de minério de ferro, a principal matéria prima do aço. Ao mesmo tempo em que compraram a Kaiser, os sócios investiram em uma usina de semiacabados em Tubarão, no Espírito Santo, que passou a exportar placas de aço para os EUA.

Em 2005, a siderúrgica foi comprada pela Arcelor Mittal, que continuou a vender os produtos para a California Steel, ao lado de outros fornecedores no Brasil. Modelo semelhante foi criado pela ThyssenKrupp, que investiu na Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), no Rio de Janeiro, e em uma siderúrgica no Alabama. A planta dos EUA hoje pertence a Arcelor Mittal e é o destino de cerca de metade das importações de semiacabados do Brasil.

No ano passado, a CSA foi comprada pela argentina Ternium. “Foi criada uma estratégia industrial entre o Brasil e os Estados Unidos, que funciona há 34 anos”, disse o brasileiro Marcelo Botelho Rodrigues, CEO da California Steel. Segundo ele, essa cadeia de produção abrange a compra de carvão metalúrgico dos EUA por empresas brasileiras, que são os principais destinos das exportações do produto.

Se o Brasil fabricar menos aço, haverá menos demanda pelo carvão, o que também afetará empregos americanos nesse setor.

Efeito cascata.

Rodrigues afirmou que a tarifa de 25% coloca em risco os 1.000 trabalhadores da California Steel e cerca de outros 7.000 no porto e nos 200 clientes que compram aço da siderúrgica para transformá-los em produtos finais.

“Para cada emprego que geramos, há mais sete na cadeia anterior e posterior à fabricação do aço.” Esse será um dos principais argumentos que a empresa apresentará ao governo para pedir sua exclusão da tarifa. O estivador Scott Fox trabalha há 14 anos no porto de Los Angeles com o desembarque de placas de aço vindas principalmente do Brasil e do Japão e vê a barreira de 25% como uma ameaça direta a seu emprego. Fox presta serviços à Pasha Stevedoring & Terminals, responsável pelo recebimento das placas de aço – chamadas de slabs em inglês – destinadas à California Steel.

Maior alvo da retórica protecionista de Trump, a China representa apenas 1% do aço semiacabado recebido pelo terminal da Pasha, disse Dan Trani, gerente

da empresa. “Se a tarifa for aplicada, eles podem ser obrigados a fechar o terminal, o que acabará com o emprego de muita gente”, afirmou Fox.

Em sua estimativa, 250 pessoas trabalham a cada turno para descarregar um navio com placas de aço, entre estivadores, operadores de guindaste, supervisores, motoristas, pessoal de escritório e os responsáveis pelos vagões de trem que levam o produto diretamente à planta da California Steel.

Com dois turnos diários, isso significa 500 empregos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Sem produto brasileiro, siderúrgica fica inviável

Segundo presidente da California Steel, não há oferta suficiente de aço semiacabado nos EUA para atender empresa

As siderúrgicas integradas americanas não fabricam aço semiacabado em volume suficiente para atender à demanda da California Steel, disse o CEO da empresa, Marcelo Botelho Rodrigues.

Localizadas em Estados da região Leste, elas usam quase toda a produção em sua própria fabricação de aços laminados. Ainda que existisse oferta, o custo de transporte das placas de aço até a sede da California Steel seria cinco vezes superior ao de trazê-las do Brasil pelo mar.

Segundo Rodrigues, a imposição da tarifa de 25% sobre a importação de produtos semi-acabados vai tirar a capacidade de sua companhia de competir com siderúrgicas que adotam outros modelos de negócio, já que nenhuma delas terá de pagar mais pela matéria-prima que utiliza. As grandes siderúrgicas integradas da região Leste fazem o aço a partir de minério de ferro e carvão, que não foram afetados pela barreira.

Um número crescente de outras usa sucata processada em fornos elétricos. Intensas usuárias de energia, essas indústrias respondem por dois terços do aço fabricado nos EUA, disse Rodrigues. Em razão de regulações ambientais, a Califórnia e a costa Oeste dos EUA não têm siderúrgicas integradas (que usam altos-fornos) nem as baseadas em fornos elétricos.

E transportar por terra o aço que está a cerca de 2.000 km de distância é economicamente inviável. Isso significa que a tarifa terá um efeito dominó em setores como construção e infraestrutura da região, que usam as bobinas de

ação da California Steel para fabricar seus produtos finais. São esses argumentos que Rodrigues apresentará ao governo americano para pedir a não aplicação da tarifa sobre as importações da empresa.

Ao anunciar a barreira, o presidente Donald Trump disse que sua administração negociaria com empresas dos EUA e governos dos países afetados para abrir eventuais exceções, caso a caso.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Jamil Chade

Título: Trump esvaziou tribunal da OMC

Com ofensiva americana, que vetou a nomeação de novos árbitros, tribunais da organização atuam com apenas 4 juízes, de um total de 7

Antes de se lançar em uma guerra comercial e em medidas protecionistas, o governo americano mergulhou por meses em um esforço para minar o trabalho dos tribunais da Organização Mundial do Comércio (OMC), o único instrumento que de fato poderia punir a Casa Branca por medidas unilaterais. Na prática, uma ação hoje na OMC contra as medidas americanas anunciadas por Donald Trump só seria concluída entre 2020 e 2021, na melhor das hipóteses.

Criado nos anos 90, o órgão é o único no mundo que pode impor sanções comerciais a governos e determinar que um país retire medidas consideradas injustas. Nos últimos meses, os tribunais, mesmo inundados por queixas, enfrentaram uma redução no número de juízes, justamente por conta de uma ofensiva americana.

O Órgão de Solução de Disputas é uma espécie de Supremo Tribunal do comércio e que, teoricamente, conta com sete juízes. Mas, desde o ano passado, a Casa Branca passou a vetar a nomeação de novos árbitros, todas as vezes que uma vaga era aberta. Três juízes deixaram a OMC ou viram seus mandatos terminar, mas nenhum deles foi substituído.

Hoje o órgão tem apenas quatro pessoas. O resultado tem sido atrasos sem precedentes no tratamento de disputas. Oficialmente, o governo americano justifica o veto à seleção de novos juízes, alegando que tem críticas quanto ao processo e a questões burocráticas. Mas tampouco oferece soluções. No dia 28 de fevereiro, a portas fechadas, 63 países lançaram uma crítica ao governo americano e pressionaram em Genebra para que os cargos vagos fossem preenchidos.

O governo do Panamá, por exemplo, alertou que era o interesse comercial dos países que estava em jogo. “Isso está levando a perdas comerciais diante de atrasos nos processos dos contenciosos”, disse. Já o Brasil e outros governos apontaram para um “eventual colapso ou paralisia” do trabalho dos tribunais. Para diplomatas na OMC, a recusa dos americanos em resolver a crise no tribunal não ocorre por acaso.

O governo da Índia, por exemplo, indicou também em uma reunião fechada nesta semana em Genebra a “coincidência” entre o avanço protecionista nos EUA e suas manobras para criar uma paralisia nos tribunais. No mês passado, o governo americano preparou um documento de orientação para sua política comercial indicando que, sempre que necessário, ignoraria os resultados dos exames dos tribunais da OMC.

“Desde que os EUA ganharam sua independência, tem sido um princípio básico de nosso país de que todo cidadão americano apenas está submetido às leis do governo americano, e não a regras de governos estrangeiros e entidades internacionais”, apontou o documento, enviado ao Congresso. No comando da política comercial americana está Bob Lighthizer, um advogado que nos anos 90 defendeu – e perdeu – todos os casos em que os EUA foram acionados na OMC por conta do protecionismo justamente no setor do aço.

Contenciosos. Os números revelam que existe um acúmulo inédito de casos na OMC: 28 disputas estão em uma fase inicial. Em dez delas, o alvo é o protecionismo dos Estados Unidos. Existem outros três contenciosos já instalados, cujos árbitros ainda não foram selecionados. Em dois deles, as barreiras americanas estão no centro dos debates.

Outros 18 casos estão em andamento, dos quais três são contra os EUA. No Órgão de Solução de Disputas, são sete os casos sendo examinados por apenas quatro juízes. Dois deles envolvem os americanos. O brasileiro Roberto Azevêdo, diretor-geral da OMC, já deixou claro que o impacto do impasse na escolha de juízes já está sendo sentido e que a crise está “comprometendo o funcionamento do sistema”.

Para governos, as perdas coma paralisia já é real. Na avaliação da Coreia, a incapacidade de o tribunal dar suas sentenças levará os setores mais protecionistas a pressionar seus governos a adotarem medidas ilegais, sabendo que uma condenação demoraria anos para chegar.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Opinião**Autor:****Título:** Retaliar na medida certa

Visão do Correio

O governo brasileiro reagiu de forma adequada à decisão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de sobretaxar a importação do aço e do alumínio, o que provocará forte impacto no setor. E isso justamente no momento em que começava a se recuperar, depois do pior desempenho da história, em 2016, devido ao reaquecimento da atividade na indústria automotiva nacional. Diante da imposição dos EUA, o Brasil tem de recorrer a todas as instâncias bilaterais e multilaterais ao seu alcance para reverter a iniciativa protecionista do mandatário norte-americano, que pode desencadear uma guerra comercial global de consequências imprevisíveis.

O Brasil será o país mais afetado pela imposição das altas tarifas alfandegárias — 25% para o aço e 10% para o alumínio —, já que outros dois maiores fornecedores do produto para o mercado dos EUA, Canadá e México, inicialmente, foram excluídos da decisão, a depender de negociações no âmbito do Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte). Hoje, o Brasil é o segundo exportador de aço para o mercado norte-americano, sendo que, no ano passado, 32% das vendas externas tiveram como destino o país de Trump. Das 15,4 milhões de toneladas produzidas em 2017, cinco milhões foram para os EUA.

A reação imediata à medida adotada pelos Estados Unidos, tanto por parte do governo quanto dos empresários da siderurgia brasileira, veio em boa hora e na proporção certa. E justamente depois do fracasso da missão de empresários capitaneada pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviço, que, na semana passada, esteve em Washington para tentar livrar o país da sobretaxa. O que causa apreensão forte no setor é que o aço brasileiro estava ganhando espaço no mercado norte-americano, ano após ano, por causa dos ganhos de produtividade da indústria nacional. Com as novas tarifas alfandegárias, esse fluxo será interrompido, causando forte impacto no parque siderúrgico brasileiro.

Nos meios empresariais, fala-se muito em retaliações, como adotar a mesma posição contra os EUA. Entretanto, a busca do entendimento, do diálogo e do equilíbrio deve pautar os próximos passos do governo federal. A retaliação pura

e simples pode provocar efeitos adversos, atingindo outras áreas em que o Brasil tem forte presença no mercado estadunidense. Todas as instâncias de negociação têm de ser esgotadas, antes de o país simplesmente partir para o confronto e impor as mesmas taxas para itens importados dos Estados Unidos.

A justificativa de Trump para impor a sobretaxa ao aço e ao alumínio é totalmente fora de propósito. Ele invocou a segurança nacional, sob o argumento de que a dependência do aço importado seria um risco para a indústria de defesa norte-americana. Essa exceção está prevista nos acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC). A argumentação dos EUA não se sustenta, pelo menos no caso do aço, já que eles importam somente 30% do que consomem e seus principais fornecedores são aliados históricos, no caso Brasil, México, Canadá e Coreia do Sul. E apenas pequena parcela do aço importado é destinada a fins militares

O grande desafio para a comunidade internacional é enorme. Se a questão for levada à OMC, o que certamente acontecerá, os EUA devem sair derrotados, mas o discurso isolacionista de Trump será reforçado. Caso o presidente norte-americano use essa derrota como motivo para tirar o seu país da OMC — não se deve esquecer de que ele já anunciou a retirada de acordos internacionais importantes, como a TPP (Parceria Transpacífica) —, o sistema de comércio mundial sofreria abalo catastrófico, o que prejudicaria de forma brutal todas as nações.

MME / ASCOM .